



DA “GUERRA ÀS DROGAS” À MORTALIDADE JUVENIL: CONSTRUINDO FORMAS DE RESISTÊNCIA

Giovane Antonio Scherer¹

Camila Bassôa dos Santos²

Laís Silva Staats³

Resumo: A violência estrutural, produzida e reproduzida pelo modo de produção capitalista, acaba por afetar as juventudes, principalmente aquelas que já vivenciam em sua trajetória múltiplas precariedades. É possível afirmar, ainda, que este segmento social sofre e reproduz violências, simultaneamente, no que diz respeito ao tráfico de drogas, uma vez que, ao mesmo tempo em que esse mercado é repleto de violências é, também, um mercado que, mesmo sendo ilegal, se apresenta como possibilidade de inserção, mesmo que precária - logo, de resistência. No entanto, esta resistência muitas vezes não é reconhecida, acarretando na criminalização da pobreza e dos sujeitos que se encontram nesta condição social, além da sua imputabilidade seletiva, considerado o perfil de jovens que estão privados de liberdade no Brasil atualmente, por meio da repressão feita pelo Estado à chamada “guerra às drogas”. Há, também, a seletividade na aplicação da lei penal, contribuindo para o encarceramento de jovens residentes em periferias das cidades, aplicando a estes o paradigma criminal, aprofundando as desigualdades que perpassam o acesso, aplicação e a execução penal, tornando visível a falsa ideia de que todos são iguais perante a lei. Além disso, o tráfico de drogas tem ceifado a vida de muitos jovens, afetando significativamente as taxas de homicídios neste segmento social, com claros recortes étnicos e de gênero. Esse contexto é permeado pela crise do capital que vem aprofundado cada vez mais as desigualdades sociais, enquanto opera-se o desmantelamento das políticas públicas, recrudescendo a violência estrutural. Diante disto, emerge a necessidade de construir estratégias para enfrentar essa realidade. Assim, uma alternativa que vem se construindo no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é a Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil, que procura dar visibilidade a essa demanda, bem como propor ações de maneira coletiva em direção à proteção integral das juventudes.

Palavras-chave: Violência Estrutural. Tráfico de Drogas. Seletividade Penal. Resistência.

¹Professor na Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. Mestre e Doutor em Serviço Social pela PUCRS. É coordenador do Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas - GEJUP, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUCRS e pesquisador associado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos - GEPEDH e do Observatório Juventudes da PUCRS.

² Mestre e doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. Membro do Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas – GEJUP e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos – GEPEDH.

³ Graduanda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. Bolsista de Iniciação Científica no Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas – GEJUP.



1 INTRODUÇÃO

Vivenciam-se, no âmbito nacional e internacional, os rebatimentos da crise do capital em diversos setores da sociedade, com diferentes impactos para os segmentos sociais que a compõe. No Brasil, um aspecto que vem se destacando nesse sentido é o ataque aos direitos sociais, especialmente pelo desmonte das políticas públicas. Com esse cenário, a desigualdade social se torna mais profunda, acentuando a violência estrutural – violência esta que se produz e reproduz no bojo do modo de produção capitalista e afeta toda a sociedade.

Entretanto, alguns segmentos da sociedade têm sofrido impactos mais profundos da violência estrutural, que é o caso das juventudes, principalmente aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade social e se deparam com diversas formas precárias de acesso ou o não acesso aos seus direitos no curso de suas vidas. As juventudes, quando relacionadas ao fenômeno do tráfico de drogas, tem figurado como reprodutores e principais vítimas da violência, inclusive a violência letal. Como reflexo de uma política ainda pautada pela perspectiva de guerra às drogas, contabiliza-se cada vez mais o número de jovens - com gênero, classe e etnia específicos, habitando o cárcere e necrotérios do país, constituindo as *faces* da seletividade penal.

A partir desse cenário, emerge a necessidade de desenvolver estratégias em direção à proteção integral das juventudes. É nessa perspectiva que surge a Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O presente artigo traz alguns elementos para o debate acerca da violência estrutural em tempos de crise do capital, relacionando o fenômeno do tráfico de drogas e o recrudescimento da violência, com especial destaque aos impactos desse contexto no segmento das juventudes. Além disso, busca compartilhar a experiência de construção da Frente como estratégia de resistência, sem a pretensão de esgotar o debate.

2 A SELETIVIDADE PENAL E LETAL “POR DETRÁS” DA GUERRA ÀS DROGAS

A violência tem se feito cada vez mais presente nas trajetórias de jovens de diversas maneiras, seja pelo desemprego, pela baixa escolaridade, risco de vida, envolvimento com roubo, uso e tráfico de drogas, entre outras. Atualmente, com os desmontes das políticas voltadas para a garantia de direitos, muitas das violências vêm se acirrando, entretanto, como resposta, há um grande viés de criminalização da pobreza e dos jovens nesta condição social, bem como sua repressão.



Segundo o Atlas da Violência (2017, p. 8), por exemplo, no Brasil há um considerável índice da mortalidade como consequência de homicídios de jovens do sexo masculino “que em 2015 correspondeu a 47,8% do total de óbitos. Se considerarmos apenas os homens entre 15 a 19 anos, esse indicador atinge a incrível marca dos 53,8% [...]”. Além disso, no Rio Grande do Sul a taxa de homicídios em 2015 era de 26,2%.

Os dados revelam uma clara *seletividade homicida* na realidade brasileira. Apesar de a juventude ser o segmento social que mais morre no Brasil de forma violenta, não são todas as juventudes atingidas por esse fenômeno, mas, um segmento juvenil específico: os jovens pobres e negros. Tal seletividade se faz muito explícita em relação, além da faixa etária, à cor/raça desses jovens na medida em que “de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras” e são do sexo masculino (Atlas da Violência, 2017, p. 30). Além disto, segundo esta mesma fonte, em 2015 ocorreram 59.080 homicídios e, ao passo que a mortalidade de jovens negros aumentou 18,2%, a de jovens não negros diminuiu 12,2%.

Nesse sentido, é importante destacar que esta violência é perpetrada por um conjunto de fatores sociais, econômicos, culturais, políticos, ideológicos, entre outros, que impactam diretamente na vida de jovens negros que se encontram em situações de vulnerabilidade social. Silva (2008) afirma que a violência é objetivada na realidade dos seres sociais sob determinada historicidade e que

A violência, nas suas diversas expressões, é uma categoria que se realiza como complexo social, que pertence às relações humano-sociais (longe de qualquer paradigma biologista) e que carece, para seu enfrentamento, de reconstrução crítica apoiada na razão que se debruça sobre o mundo e, a partir dele, formula conceitos e propõe alternativas práticas. (SILVA, 2008, p. 268-269)

No entanto, considerando a forte presença da perspectiva neoliberal é importante destacar os posicionamentos do Estado em relação, principalmente, a duas questões: o seu enxugamento social e ampliação penal. Como exemplo disto, salienta-se o alto índice de pessoas presas no Brasil que é de 563.526 e que se se for considerar também as pessoas em prisão domiciliar este número aumenta para 711.463 pessoas, segundo O Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil (2014).

Além disto, segundo o Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil (2015 p. 91), “em 2012 havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional eram negras. Constata-se, assim, que quanto mais cresce a população prisional no



país, mais cresce o número de negros encarcerados”. O crescimento do encarceramento é mais impulsionado pela prisão de pessoas negras do que brancas. Observa-se, a partir desta mesma fonte, que a maior parte das pessoas encarceradas no país tem escolaridade baixa, não tendo completado o Ensino Fundamental, e que em 2012 apresentava a taxa de 45,3% da população carcerária.

São esses jovens, os sujeitos que mais vêm sendo atingidos pela dinâmica homicida no Brasil, sendo que a *seletividade homicida*, que captura os jovens negros no Brasil, é fruto de múltiplas formas de violações de direitos, mantendo raízes históricas com relação ao desenvolvimento capitalista no Brasil, a qual os jovens, especialmente, negros, são impactos; fruto da dinâmica produzida e reproduzida pelo atual modo de produção, na perspectiva da reificação de sujeitos. Conforme Marx (2008) a reificação se constitui como uma forma particular de alienação, que implica a coisificação das relações sociais no âmbito da sociedade do capital.

Nesse sentido, não se pode falar em um segmento social que unicamente comete violências, mas que também as sofre cotidianamente em sua trajetória. Além disso, é preciso compreender os processos de criminalização que certas juventudes sofrem e que, em decorrência disto, o risco de imputabilidade torna-se maior por serem jovens, negros e viverem em regiões periféricas. É importante salientar que a criminalização da pobreza e dos jovens nesta condição social é também uma resposta do Estado em relação ao modo de produção capitalista e ao pensamento neoliberal, bem como ao projeto de sociedade previsto por isto. Assim, a autora Feffermann (2006, p. 14) afirma que

Não existe relação direta entre pobreza e violência, e sim violência estruturada, perpetrada pelo Estado, que vem oprimindo grande parcela da população e que muitas vezes impede o próprio sustento. Esta população está sob grande vulnerabilidade social, e em decorrência disso, vive situações de desrespeito e privações. Estas condições não são definidoras para a adesão ao crime, mas podem ser vereda propiciadora para que setores ilegais e criminosos se expandam como no caso do tráfico de drogas. É nesses lugares que o tráfico torna-se visível, em regiões que o Estado é omissivo e/ou violento. Esses lugares tornam-se campos férteis para atividades ilícitas.

Assim sendo, a violência é produzida e reproduzida no modo de produção capitalista e atinge a todos, mas que de forma específica impacta mais em um segmento social historicamente marcado pela escravidão. Este segmento social, estigmatizado como pertencente ao grupo das “classes perigosas” vem historicamente sendo afastado dos grandes



centros urbanos através de repressão do Estado, bem como de sua criminalização e, também, privados do acesso a diversos direitos.

Isto acarreta na exclusão de grande parte da sociedade e na sua privação de direitos, sendo isto legitimado por uma ideologia e moral da classe dominante. Nesse sentido e conflituosamente a ideologia e a moral burguesa ao mesmo tempo que legitima perpetuação de violações e do afastamento desses segmentos das cidades, é a mesma que criminaliza os sujeitos que se encontram nesta condição social.

O conjunto de elementos que configura a violência estrutural das desigualdades legitimadas é o patamar básico a partir do qual se estabelecem os mecanismos de dominação: expressão relacional da violência aberta e simbólica. Na medida em que os grupos dominantes legitimam as desigualdades, através de coerções físicas e psicológicas, instituem um não lugar social, onde os não cidadãos disputam fragmentos de um espaço de expressão, inclusive através da delinquência. (NETO E MOREIRA, 1999, p. 51)

A violência estrutural, portanto, pode ser percebida como alguns fatores necessários para o funcionamento do capitalismo. Estes fatores são além de legitimados ideologicamente e por um Estado omissivo – no que diz respeito a garantia de direitos –, mas que se faz presente com um caráter repressivo e punitivo, são também naturalizados no processo.

3 PELA VIDA DOS JOVENS: A CONSTRUÇÃO DA FRENTE DE ENFRENTAMENTO À MORTALIDADE JUVENIL COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

A mortalidade juvenil tem alcançado números significativos na realidade do país. Em um período em que o Estado tem recuado no âmbito da proteção social, assiste-se a um processo intensificado de precarização das políticas públicas, tornando-se cada vez mais distante a materialização dos direitos da população. Enquanto isso se aprofundam os processos de criminalização da pobreza e seletividade homicida no país – jovens pobres e negros são encarcerados e/ou mortos com a “conivência” de um Estado que tem reproduzido a violência estrutural de forma progressivamente brutal.

Brisola (2012) afirma que a formação sócia histórica brasileira aprofunda a criminalização das consideradas “classes perigosas”, resultando em um processo de “guetização” dos pobres, extermínio de jovens e da população de rua, com claro viés étnico-racial. Tal formação sócia histórica tem seu agravamento por meio de avanço de perspectivas neoconservadoras e neoliberais no contexto atual, que constrói, ideologicamente, a figura do



jovem pobre como pertencentes as “classes perigosas”, justificando o encarceramento e, em última instância, a morte desses sujeitos.

Sob a ótica de um referencial neoliberal, o desmonte dos direitos sociais tem seu papel na construção de um Estado máximo para o capital e mínimo para o social. A realidade de Porto Alegre não difere do panorama encontrado nos diferentes níveis da gestão governamental. Cortes no orçamento de políticas essenciais à população estão na agenda impactando, inclusive, nas políticas para juventudes.

Diante dessa realidade, mostra-se fundamental o papel da sociedade civil na luta pela efetivação de direitos legais, constantemente violados por um estado sob direção neoliberal. Frente a esse cenário permeado por violações de direitos, é mister a construção de espaços coletivos como estratégia de resistência. É dessa forma que se inicia a construção da “*Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil em Porto Alegre*”. A partir de diversas instituições e atores sociais voltados ao debate sobre esse fenômeno no município, especialmente aqueles vinculados às políticas públicas como saúde, assistência social, sócio jurídico, previdência social, educação, além dos movimentos sociais e grupos de pesquisa, surgiu a necessidade de organizar coletivamente espaços para articulação entre a sociedade civil e o poder público a fim de desenvolver propostas para a proteção dos jovens, frente à crescente mortalidade juvenil na cidade.

O movimento de construção teve início em 2016, e objetiva não só dar visibilidade à mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre, mas também propor ações, de forma coletiva, que direcionem-se ao enfrentamento dessa realidade. A Frente é composta por diversos profissionais, dentre eles há aqueles que vivenciam em seus locais de trabalho o desmonte dos direitos sociais enquanto assistem a crescente morte de jovens em seus territórios, especialmente relacionando essas mortes à violência perpetrada pelo tráfico de drogas. A morte desses jovens, muitas vezes, é anunciada nas mídias, diante da opinião pública, como algo a ser comemorado, na ideia de que são esses jovens os principais causadores da violência urbana.

São reforçadas, constantemente, concepções moralizadoras e criminalizadoras das juventudes, classificando alguns sujeitos como “perigosos” – “papel” atribuído especialmente a jovens pobres. Esse tipo de pensamento afasta-se de uma visão da totalidade social, e



desconsidera a violência estrutural e os diversos processos de violência e vidas precárias pelas quais muitas juventudes tem passado.

Tem se tornado recorrente a notícia de jovens-adolescentes que, em cumprimento de medidas socioeducativas, são assassinados devido a seu envolvimento com o tráfico de drogas. Entretanto, ainda não existe na rede socioassistencial algum dispositivo para identificar quem são esses jovens que morrem, tampouco há políticas ou ações voltadas a essa realidade.

Nota-se que jovens em conflito com a lei têm percorrido seu caminho entre a invisibilidade e o desejo de projeção social, enquanto sua exposição nas mídias os coloca como “contra-modelos”, enfatizando ações associadas à violência (SALES, 2007). Assim, difundem-se estigmas e estereótipos ligados às juventudes pobres, reflexo, também, da dificuldade em contextualizar as violências sofridas pelas juventudes em sua realidade, relacionando à violência estrutural.

A Frente tem se constituído por livre adesão dos interessados pela temática, sejam militantes de movimentos sociais, profissionais que trabalham com jovens, entre outros. Apresenta-se como potencial espaço de articulação, no qual é possível, em qualquer momento, o ingresso de novas entidades e/ou serviços. Atualmente, mais de vinte entidades e segmentos sociais que atuam no município de Porto Alegre, participam da Frente.

As atividades têm ocorrido por meio de encontros mensais, nos quais se debatem em plenária os temas com relação ao enfrentamento à mortalidade juvenil, bem como a organização dos grupos de trabalho que tem o papel de executar ações deliberadas em plenárias gerais. Os grupos de trabalho foram construídos para atuar em linhas estratégias de ação, quais sejam:

1. *Pesquisa e Produção do Conhecimento*: a partir da compreensão de que para poder desenvolver ações em uma determinada realidade, é preciso antes compreendê-la e analisá-la. Nesse sentido, esse grupo de trabalho busca organizar dados e desenvolver pesquisas na cidade, para analisar e compreender esse fenômeno. Vêm se constituindo, neste grupo, um estudo com o objetivo de investigar a relação entre os altos índices de mortalidade juvenil e o acesso das juventudes às Políticas Públicas em Porto Alegre/RS no período de 2015 até 2019. O estudo está sendo coordenado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Políticas Públicas – GEJUP, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUCRS,



contando em sua equipe com pesquisadores da universidade, mas, sobretudo, com pessoas envolvidas em movimentos sociais e trabalhadores das políticas públicas de Porto Alegre. Esse estudo consistirá em uma análise dos índices de mortalidade juvenil em Porto Alegre, coletados por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade da Secretaria de Saúde de Porto Alegre. Além disso, deverá ocorrer a coleta de dados empíricos junto aos jovens moradores das localidades com maiores índices de homicídio juvenil, seus familiares e trabalhadores da rede de proteção à infância e adolescência.

2. *Políticas Públicas*: o enfrentamento à mortalidade juvenil se dá, também, por meio da construção de políticas públicas, nos diferentes setores e articuladas na perspectiva da proteção social. Esse grupo de trabalho busca pautar a gestão pública para que se efetivem as ações na perspectiva da proteção social juvenil em Porto Alegre. Nesse âmbito, vem sendo debatida a necessidade de reuniões com a gestão municipal, além da organização de um debate junto a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, com a finalidade de colocar a mortalidade juvenil na agenda de políticas públicas da cidade.

3. *Comunicação*: o presente grupo de trabalho busca dar visibilidade a realidade da mortalidade juvenil em Porto Alegre distanciando-se da perspectiva criminalizadora presente na grande mídia. O grupo já criou uma logo marca para a Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil, bem como está produzindo um blog para que as produções dessa frente possam ter visibilidade. Busca-se, por meio desse grupo, uma articulação com as mídias alternativas, a fim de estabelecer parcerias e unir formas, acerca da sensibilização da temática, contrapondo-se a concepções conservadoras.

4. *Protagonismo Juvenil*: esse grupo de trabalho busca possibilitar espaços de participação juvenil, ao compreender que a realidade da mortalidade juvenil deve ser enfrentada junto às juventudes que a vivenciam em seu cotidiano. Dessa forma, busca criar espaços de debate e construção de conhecimento junto aos jovens que vivem em territórios de maior violência. É um grupo de trabalho fundamental no âmbito dessa frente, tendo em vista que as ações foram pensadas por pessoas envolvidas com a temática, mas que não sofrem diretamente com os impactos dessa conjuntura.

A Frente ainda é um movimento recente e têm buscado articular diversas ações na busca do enfrentamento à mortalidade juvenil. Contudo, este é um processo a médio e longo prazo e que, portanto, é necessário trabalhar na consolidação desse espaço de articulação na vida



cotidiana da cidade, assim como conseguir garantir que seja um movimento no qual os próprios jovens possam incidir.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto contemporâneo se apresenta por meio de múltiplas formas de violações de direitos, na maioria das vezes, ocultos por meio de concepções conservadoras que acarretam no ocultamento das raízes da produção e reprodução de uma constante violência estrutural vivenciado por todos os sujeitos na atualidade. No cenário atual, de crise do capital, no qual avança a ofensiva aos direitos sociais sob a ótica neoliberal, aprofunda-se as desigualdades, culminando em diferentes violações de direitos, especialmente no que concerne às juventudes pobres e das periferias dos centros urbanos. Nesse sentido, compreender a violência enquanto um fenômeno que advém da estrutura da sociedade de classe é fundamental para não recorrer em ações culpabilizadoras dos sujeitos, bem como, em visões unilaterais do fenômeno.

As juventudes, diante desse contexto, se constituem como um dos segmentos sociais mais afetados pelas dinâmicas do modo de produção capitalista nessa realidade. Os dados de diversos estudos revelam essa conjuntura de violação que os jovens brasileiros vivenciam em seu cotidiano, buscando resistir, de diversas formas, diante da atual conjuntura. Nessa realidade, um dos dados que mais chamam a atenção diz respeito a mortalidade juvenil, colocando o Brasil, conforme o Mapa da Violência de 2016, como um dos países que mais mata jovens no mundo. Importante considerar o processo, intitulado nesse artigo, como seletividade homicida, se constituindo no processo perverso que acarreta na mortalidade de um segmento social específico: jovens negros, moradores de periferia.

Nesse sentido, considera-se que a mortalidade juvenil se constitui como a expressão mais trágica de uma série de violações de direitos vivenciados pela juventude no Brasil, ampliado por uma constante violência estrutural, que assenta suas raízes na forma de produção e reprodução de valor sob a égide do capital. É importante considerar que diante desse contexto, ao mesmo tempo que produzem formas de graves violações de direitos, também podem dar forma a múltiplas resistências, que se materializam de inúmeras maneiras. A articulação da sociedade civil, na luta pela ampliação de direitos, contrárias a perspectiva do Estado Neoliberal, são movimentos fundamentais no contra hegemonia dos interesses do capital sob o Estado.



Tal luta pode ser percebida nas manifestações populares, nas greves em favor da qualidade dos serviços prestados, nos movimentos sociais, dentre outros. Nessa perspectiva, o presente artigo buscou discorrer sobre a experiência que vem sendo realizada na cidade de Porto Alegre/RS de construção da Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil. Esta, enquanto uma forma de resistência à violação do direito à vida das juventudes na cidade, já se mostra com grandes possibilidades para a realização de ações nesse território, uma vez que articula diversos segmentos, mesmo sua formação sendo bastante recente.

Contudo, os desafios não são poucos. As políticas públicas para as juventudes são incipientes e a segurança pública ainda precisa avançar muito na perspectiva dos direitos humanos, para garantir ao conjunto da população segurança sob a ótica de não reprodução de mais violência. Do mesmo modo, a invisibilidade da juventude afetada de maneira letal ainda precisa ser superada, a fim de garantir a todas às juventudes serem reconhecidas como sujeitos de direitos de fato.

Nesse sentido, para além de propor ações voltadas ao poder público municipal, no sentido de garantia de direitos, e à população em geral, a Frente também se propõe a pensar não somente a morte, mas sim, a vida desses jovens. Afinal, é preciso desmistificar que esses jovens - a quem hegemonicamente é atribuído a violência - são, na verdade, as maiores vítimas de um sistema para o qual suas vidas já não importam.

Diante de uma constante “guerra às drogas” que acarreta na ampliação da mortalidade juvenil, compreende-se a necessidade de ampliar perspectiva de segurança, compreendida enquanto proteção social, como forma enfrentamento as múltiplas formas de violência vivenciada por todos os segmentos sociais, especialmente as juventudes. A articulação de lutas coletivas mostra-se como um espaço privilegiado na perspectiva de fazer frente a concepções neoliberais que, em última instância, acarretam na mortalidade juvenil. Em tempos de crise estrutural do capital, a luta deve ser pelo obvio: pelo detrimento dos interesses do capital e a favor da vida humana.

REFERÊNCIAS

BRISOLA, Elisa. Estado penal, criminalização da pobreza e serviço social. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **O Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil**; Brasília, 2014. Disponível em:
http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf



BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2015, 112 p.

CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da Violência. Rio de Janeiro: [s.n.], 2017. 76 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 33-52, 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81231999000100004>

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas Arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2006.

SALES, Mione Apolinario. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Violência e Serviço Social: notas críticas. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 265-273, Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000200012&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802008000200012>.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016**. Homicídios por Armas de Fogo no Brasil. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em 7 out 2016.